



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
Departamento de Educação – Campus VIII  
Curso de Bacharelado em Arqueologia

ALESSANDRO DE MORAES AVELINO

ETNOBOTÂNICA NO SEMIÁRIDO NORDESTINO: UMA REVISÃO  
NARRATIVA SOBRE PLANTAS, CULTURA E SABERES TRADICIONAIS

PAULO AFONSO/BA

2025

ALESSANDRO DE MORAES AVELINO

ETNOBOTÂNICA NO SEMIÁRIDO NORDESTINO: UMA REVISÃO  
NARRATIVA SOBRE PLANTAS, CULTURA E SABERES TRADICIONAIS

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado a Universidade do Estado da  
Bahia como requisito parcial a obtenção  
do título de Bacharel em Arqueologia, sob  
a orientação da Profa. Dra. Joyce Avelino  
Carneiro Santana.

PAULO AFONSO

2025

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado de Bacharelado em Arqueologia do Departamento de Educação Campus VIII da Universidade do Estado da Bahia como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Arqueologia.

**Aprovado em** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

**Profa. Dra. Joyce Avelino Carneiro Santana**  
Orientadora  
Universidade do Estado da Bahia

---

**Profa. Dra. Cristiana Cerqueira Santana**  
Universidade do Estado da Bahia

---

**Profa. Esp. Maria Ildivânia de Souza Leonor**  
Universidade do Estado da Bahia

## **AGRADECIMENTOS**

Expresso minha profunda gratidão a todos os etnólogos, biólogos, arqueólogos e agrônomos cujos trabalhos contribuíram, direta ou indiretamente, para a construção deste Trabalho de Conclusão de Curso. Esta pesquisa só foi possível graças ao esforço e à dedicação de inúmeros autores, cujos estudos foram fundamentais para o embasamento teórico desta produção.

Agradeço, igualmente, à Universidade do Estado da Bahia (UNEB), pela estrutura acadêmica e pelas ferramentas oferecidas ao longo da minha formação, que foram essenciais não apenas para a realização deste trabalho, mas também para a minha formação crítica e cidadã.

Registro agradecimento a minha orientadora professora Joyce Avelino que forneceu orientação e auxílio na formação desse trabalho.

Por fim, agradeço à minha família, pelo suporte incondicional, pelos conselhos e pelo amparo constante, tanto nos momentos anteriores quanto ao longo da elaboração deste TCC.

## RESUMO

A presente pesquisa apresenta uma revisão bibliográfica de caráter qualitativo sobre a etnobotânica do semiárido nordestino, com ênfase nas relações entre plantas, cultura e religiosidade. A pesquisa buscou compreender como os saberes tradicionais acerca da flora regional se constituem como formas de resistência cultural, histórica e ecológica, desde os períodos pré-coloniais até a atualidade. Foram analisadas produções científicas publicadas entre 2020 e 2025, bem como obras clássicas de referência, visando identificar as espécies vegetais mais representativas e suas múltiplas funções alimentares, medicinais e simbólicas no cotidiano das populações do Nordeste. O estudo revela que espécies como o bacurizeiro (*Platonia insignis*), a mandioca (*Manihot esculenta*), o milho (*Zea mays*), a babosa (*Aloe vera*) e a arruda (*Ruta graveolens*) integram um repertório biocultural que expressa a interdependência entre natureza e sociedade. Os resultados indicam que a etnobotânica, ao integrar saberes tradicionais e científicos, contribui para a valorização das identidades locais e para o fortalecimento de práticas sustentáveis no semiárido, reafirmando a importância da flora como patrimônio ecológico e simbólico da cultura nordestina.

**Palavras-chave:** Etnobotânica; Semiárido; Saberes tradicionais; Cultura nordestina; Patrimônio biocultural.

## ABSTRACT

This research presents a qualitative literature review on the ethnobotany of the northeastern semiarid region of Brazil, emphasizing the relationships between plants, culture, and religiosity. The study aimed to understand how traditional knowledge about regional flora constitutes forms of cultural, historical, and ecological resistance from pre-colonial times to the present. Scientific publications from 2020 to 2025, as well as classical reference works, were analyzed to identify the most representative plant species and their multiple food, medicinal, and symbolic functions in the daily lives of Northeastern populations. The study reveals that species such as *Platonia insignis* (bacurizeiro), *Manihot esculenta* (cassava), *Zea mays* (corn), *Aloe vera* (aloe), and *Ruta graveolens* (rue) compose a biocultural repertoire that expresses the interdependence between nature and society. The results indicate that ethnobotany, by integrating traditional and scientific knowledge, contributes to the appreciation of local identities and to the strengthening of sustainable practices in the semiarid region, reaffirming the importance of flora as an ecological and symbolic heritage of Northeastern culture.

**Keywords:** Ethnobotany; Semiarid; Traditional knowledge; Northeastern culture; Biocultural heritage.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Tabela com a representação dos vegetais de utilização popular .....	25
---	----

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	8
<b>2. METODOLOGIA</b> .....	11
<b>2.1 Caracterização da Pesquisa</b> .....	11
<b>3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	13
<b>3.1 O semiárido pré-colonial e o uso de plantas pelos povos indígenas</b> .....	13
<b>3.2 Transformações com a colonização: miscigenação de saberes</b> .....	16
<b>3.3 Espécies e Saberes Tradicionais no semiárido</b> .....	21
<b>3.4 Saberes e simbolismos afro-indígenas no uso das plantas</b> .....	24
<b>3.5 A etnobotânica como resistência cultural</b> .....	26
<b>3.6 Desafios e Perspectivas da memória Etnobotânica</b> .....	28
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	30
<b>5. REFERENCIAS</b> .....	31

## 1. INTRODUÇÃO

A relação entre os seres humanos e as plantas é uma construção milenar que reflete aspectos culturais, sociais, ritualísticos e econômicos de diferentes grupos sociais ao longo do tempo. Como destaca Pereira (2021), o vínculo entre pessoas e vegetais acompanha a humanidade desde suas origens, constituindo-se como base para o desenvolvimento de práticas de cura, alimentação e espiritualidade. No semiárido nordestino, essa relação revela uma memória etnobotânica que atravessa gerações, desde os tempos pré-coloniais até os dias atuais, demonstrando que o conhecimento tradicional associado às plantas encontrado em usos medicinais, alimentares e simbólicos integra a identidade e o modo de vida dos grupos que historicamente habitaram essa região (SILVA; ANDRADE; ALBUQUERQUE, 2019).

Pesquisas arqueológicas indicam que os povos originários americanos utilizavam diversas espécies vegetais a milhares de anos, demonstrando domínio sobre o ambiente natural e seus recursos. Segundo Simões *et al.* (2017), esses grupos deixaram à humanidade um patrimônio de saberes etnobotânicos, responsável pela domesticação de grande parte das plantas que hoje são utilizadas como a base da alimentação mundial. Além da contribuição alimentar, os autores destacam que importantes compostos bioativos empregados na medicina moderna tiveram origem nesse conhecimento indígena. Entre os tipos mencionados estão a pilocarpina, extraída de espécies do gênero *Pilocarpus* e utilizada no tratamento do glaucoma, e o quinino, derivado das cascas de *Cinchona*, que se tornou referência no combate à malária.

No período colonial, a introdução de espécies africanas e europeias modificou a fitofisionomia regional, dando origem a práticas híbridas que associavam o conhecimento indígena ao africano e ao europeu. Essa miscigenação de saberes resultou em sistemas agrícolas diversos, como os roçados de subsistência e as hortas medicinais familiares, que persistem em comunidades rurais, remanescentes quilombolas e indígenas até os dias atuais (CAVIGNAC, 2019; ALBUQUERQUE, 2000).

A compreensão histórica da relação entre seres humanos e plantas também pode ser aprofundada a partir de estudos contemporâneos. Nesse sentido, Pereira (2021) apresenta uma contribuição relevante ao discutir como o vínculo entre pessoas e vegetais acompanha a humanidade desde suas origens, estruturando práticas culturais, alimentares, espirituais e científicas. A autora destaca que os primeiros grupos sociais desenvolveram usos multifuncionais das plantas, envolvendo alimentação, cura, rituais e fabricação de artefatos, e que esse conhecimento empírico transmitido oralmente ao longo das gerações constituiu a base para a domesticação de inúmeras espécies que hoje integram a dieta mundial.

Nesse contexto, a etnobotânica, enquanto campo interdisciplinar que investiga as interações entre os grupos humanos e vegetais, tem adquirido crescente relevância por contribuir para a valorização dos saberes populares e para a conservação da biodiversidade. Albuquerque *et al.* (2021) afirmam que a etnobotânica envolve estudos que analisam o simbólico, o natural e o cultural, compreendendo as plantas como parte fundamental da organização social e das cosmologias tradicionais. No Nordeste, esse campo se envolve com a história de povos originários, comunidades afrodescendentes, agricultores familiares, raizeiros e benzedeiros, cujos saberes permanecem vivos em feiras livres, quintais, terreiros, rezas e práticas de cuidado com a saúde, demonstrando a continuidade histórica entre conhecimento ancestral e práticas contemporâneas.

Falando ainda da perspectiva utilitarista, os estudos etnobotânicos concentram-se na identificação e no registro das espécies vegetais utilizadas pelas comunidades em diversos fins, tais como alimentação, cura de enfermidades, produção de utensílios, tinturas, cosméticos e artesanato (AMOROZO, 2002; ALBUQUERQUE; ANDRADE; SILVA, 2010). Esse conhecimento, transmitido de geração em geração, é um patrimônio imaterial que sustenta práticas culturais, religiosas e de sobrevivência em diferentes regiões do país, especialmente no semiárido nordestino.

De acordo com Amorozo (2002), a etnobotânica no Brasil desempenha um papel crucial na valorização do conhecimento das populações tradicionais, na promoção da conservação da biodiversidade e na busca por soluções sustentáveis para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental. A autora destaca que os saberes locais constituem uma rede complexa de conhecimento,

resultado de séculos de observação e convivência com o meio natural. Esses saberes, ainda que baseados na oralidade e na prática cotidiana, possuem racionalidade própria e perspectiva para as bases científicas.

Em complemento, Diegues (2000), afirma que muitas vezes, plantas utilizadas tradicionalmente em rituais ou na alimentação são posteriormente reconhecidas pela ciência moderna como detentoras de propriedades farmacológicas, o que reforça a importância do diálogo entre o saber popular e o saber científico. Tais saberes constituem não apenas um recurso socioeconômico, mas também uma expressão de resistência cultural frente à marginalização histórica.

Compreender a etnobotânica implica também em reconhecer que a cultura e o meio ambiente são dimensões interdependentes e resultam de processos históricos de coevolução. O equilíbrio entre as ações humanas e os ecossistemas locais é fundamental para garantir a continuidade da vida e a reprodução das práticas culturais. Nesse sentido, o conhecimento tradicional, produzido por comunidades que vivem em contato direto com a natureza, é essencial para o manejo sustentável dos recursos naturais e para a construção de políticas de conservação participativa (MING; AMOROZO; SILVA, 2009).

Essas comunidades preservam até hoje práticas ancestrais que remontam principalmente ao continente africano, abrangendo dimensões religiosas, políticas e produtivas. Seus sistemas agrícolas, técnicas de manejo do solo e formas de cultivo refletem um profundo conhecimento ecológico tradicional, o que contribui para a manutenção da biodiversidade e para o fortalecimento da sustentabilidade ambiental (MONTELES; PINHEIRO, 2007). Nesse contexto, a etnobotânica emerge como um instrumento de valorização desses modos de vida, articulando o respeito às tradições com a preservação dos ecossistemas.

A proteção legal e ética desse conhecimento é um ponto essencial. Santilli (2006) ressalta que o reconhecimento jurídico dos direitos das comunidades tradicionais, sejam elas quilombola, indígena, de fundo de pasto ou sertanejas e outras, entender sobre seus saberes e recursos genéticos é uma etapa indispensável para a construção de políticas de justiça socioambiental e bioética para a prevenção da biopirataria. Dessa forma, as abordagens etnobotânicas devem ser conduzidas com sensibilidade cultural e com o compromisso de

devolver às comunidades o conhecimento produzido, fortalecendo seu protagonismo e sua autonomia.

O contexto histórico nordestino, portanto, revela uma profunda continuidade nas relações entre grupos sociais e plantas, marcada por adaptações ecológicas, resiliência cultural e transmissão entre gerações de conhecimentos. A Etnobotânica, ao estudar essas interações, contribui para compreender a formação identitária da região, ao mesmo tempo em que reconhece a importância da biodiversidade da Caatinga como base material e simbólica da cultura nordestina.

Este trabalho tem como objetivo geral investigar, por meio de uma revisão bibliográfica de caráter qualitativo, o registro etnobotânico do semiárido brasileiro, analisando a trajetória dos usos e dos conhecimentos associados às plantas desde os períodos pré-coloniais até suas ressignificações na contemporaneidade. Para isso, busca-se compreender o semiárido pré-colonial e o emprego das plantas pelos povos indígenas; examinar as transformações ocorridas durante o processo de colonização, especialmente no que diz respeito à miscigenação de saberes; identificar espécies e práticas tradicionais relacionadas ao uso da flora regional; e discutir de que modo a etnobotânica se manifesta como forma de resistência cultural nas comunidades do semiárido.

A metodologia adotada baseia-se em uma revisão narrativa da literatura voltada à análise, síntese e reflexão crítica, com levantamento de fontes acadêmicas (artigos científicos, livros e dissertações) e documentos institucionais que abordam a temática da etnobotânica no semiárido nordestino.

Diante desse contexto, este estudo busca responder à seguinte questão: como os saberes etnobotânicos presentes no semiárido nordestino, originados nos períodos pré-coloniais, têm se transformado e se mantido como formas de resistência cultural na contemporaneidade?

## **2. METODOLOGIA**

### **2.1 Caracterização da Pesquisa**

Esta pesquisa caracteriza-se como uma revisão narrativa da literatura, conforme definido por Fernandes, Vieira e Castelhana (2023), como um método científico voltado à análise, síntese e reflexão crítica de conhecimentos já produzidos sobre determinado tema. A revisão narrativa distingue-se das revisões sistemáticas por adotar uma abordagem mais interpretativa e flexível, permitindo o mapeamento amplo das produções acadêmicas, com ênfase na construção teórica e na identificação de lacunas e possibilidades de aprofundamento (Rother, 2007).

O estudo está inserido no campo da Etnobotânica, com foco específico nas práticas, usos e simbolismos atribuídos às plantas no semiárido nordestino, desde os períodos pré-coloniais até a contemporaneidade. A abordagem é qualitativa e exploratória, com o objetivo de compreender e interpretar criticamente as produções científicas relacionadas ao conhecimento tradicional associado à flora regional.

## **2.2 Fontes e Procedimentos de Coleta de Dados**

O levantamento bibliográfico foi realizado entre os meses de janeiro e outubro de 2025, utilizando-se bases de dados eletrônicas como SciELO, Google Acadêmico, Periódicos CAPES e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Foram empregados descritores combinados, como etnobotânica, saberes tradicionais, semiárido nordestino, plantas medicinais, patrimônio imaterial e religiosidade afro-brasileira. A seleção das produções seguiu critérios de relevância temática, atualidade e aderência ao conceitual do estudo.

Além das fontes recentes, foram incorporados autores clássicos que fundamentam o campo da etnobotânica e das ciências humanas no Brasil, como Ulysses Albuquerque (2020), Gilberto Freyre (1933) e Cavalcanti e Albuquerque (2000), a fim de sustentar o diálogo entre tradição e contemporaneidade. Essa combinação entre autores históricos e pesquisas recentes permitiu compreender as permanências e transformações nos modos de uso e significação das espécies vegetais na cultura nordestina.

O corpus da pesquisa foi organizado em eixos temáticos, correspondentes aos capítulos do trabalho: *(i)* transformações com a colonização e a miscigenação de saberes; *(ii)* espécies e práticas tradicionais no

semiárido; e (iii) a etnobotânica como resistência cultural. Cada eixo foi analisado de forma interpretativa, buscando identificar convergências entre os autores e as tendências teóricas que emergem das últimas décadas.

A interpretação dos dados seguiu o método de análise de conteúdo proposto por Bardin (2011), adaptado à abordagem qualitativa. Essa técnica permitiu a categorização dos textos conforme temas recorrentes, como conservação da biodiversidade, religiosidade, práticas agrícolas e a sistematização das ideias-chave que sustentam a discussão sobre o legado etnobotânico nordestino.

Por fim, ressalta-se que esta pesquisa não envolveu trabalho de campo ou coleta de dados empíricos, tendo caráter exclusivamente documental. No entanto, sua relevância reside na síntese e na integração de estudos que contribuem para o reconhecimento das populações tradicionais como guardiãs de saberes e práticas sustentáveis. Dessa forma, a metodologia adotada buscou garantir rigor teórico, coerência analítica e compromisso ético com as vozes e conhecimentos que compõem a diversidade cultural e Etnobotânica do Nordeste brasileiro.

### **3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

#### **3.1 O semiárido pré-colonial e o uso de plantas pelos povos indígenas**

A história das relações entre os seres humanos e o ambiente vegetal no semiárido nordestino remonta a períodos muito anteriores à colonização europeia. Os povos indígenas que habitaram essa região desenvolveram uma relação de profundo respeito com a natureza, compreendendo o ambiente não apenas como fonte de recursos materiais, mas como um espaço sagrado integrado à sua cosmologia e ao equilíbrio da vida comunitária.

Segundo Albuquerque (2000), a ocupação desses grupos pré-coloniais foi marcada por estratégias específicas de adaptação às condições ecológicas da Caatinga, que incluíam práticas de manejo capazes de garantir a sobrevivência e a estabilidade dos sistemas produtivos. As populações indígenas utilizavam as plantas de forma diversificada, tanto na alimentação quanto na obtenção de fibras, tinturas, abrigos e medicamentos. Espécies como a mandioca (*Manihot*

*esculenta*), o milho (*Zea mays*), o urucum (*Bixa orellana*) e o jenipapo (*Genipa americana*) figuravam como recursos essenciais, muitas delas já domesticadas em contextos arqueológicos de regiões áridas (CAVALCANTI; ALBUQUERQUE, 2005).

Evidências arqueológicas reforçam que, muito antes da chegada dos colonizadores, a flora do semiárido era intensamente manejada. Pesquisas desenvolvidas por Pereira e Albuquerque (2012) identificaram macrovestígios vegetais e grãos de amido em sítios arqueológicos do Nordeste, comprovando o uso de espécies nativas e cultivadas em abrigos rochosos e áreas de várzea. Esses registros demonstram que os grupos indígenas combinavam práticas de coleta e cultivo, formando sistemas agrícolas sustentáveis que, em certa medida, ainda se refletem em comunidades rurais contemporâneas.

O entendimento sobre o uso de plantas no semiárido pré-colonial é ampliado pelas reflexões apresentadas por Pereira (2023), que analisa o papel dos povos indígenas na formação do conhecimento etnobotânico brasileiro. Segundo a autora, os ameríndios já utilizavam uma grande diversidade de espécies vegetais há mais de dez mil anos, evidenciando um domínio sofisticado sobre os recursos disponíveis no ambiente. Esses grupos desenvolveram sistemas complexos de manejo e seleção de plantas que resultaram na domesticação de espécies centrais para alimentação e medicina atuais.

Pereira (2023) destaca, ainda, que parte expressiva do conhecimento farmacológico contemporâneo deriva diretamente de saberes indígenas acumulados historicamente. Substâncias amplamente utilizadas como a pilocarpina, obtida de espécies de *Pilocarpus* e utilizada no tratamento do glaucoma, e o quinino, extraído das cascas de *Cinchona* e empregado como antimalárico são exemplos de conhecimentos empíricos que, posteriormente, foram incorporados pela ciência moderna. Esses casos reforçam a importância do conhecimento indígena na formação das bases da farmacologia e da agricultura contemporâneas.

A autora também enfatiza que os povos indígenas possuíam sistemas próprios de cura que articulavam o uso medicinal de plantas a rituais, práticas xamânicas e elementos cosmológicos. A escolha de determinadas espécies envolvia tanto critérios empíricos quanto simbólicos, revelando a profundidade

histórica de um sistema integrado de conhecimentos que englobava dimensões terapêuticas, espirituais, alimentares e sociais.

Complementando essa perspectiva, os estudos arqueobotânicos analisados por Mesquita e Scheel-Ybert (2024) oferecem contribuições fundamentais para entender as relações entre povos indígenas pré-coloniais e a flora brasileira. As autoras mostram que essas populações mantinham uma interação intensa com a paisagem, utilizando plantas para alimentação, preparo de alimentos, práticas agrícolas, rituais e produção de artefatos. Os dados revelam que restos macrobotânicos e microvestígios encontrados nos sítios ceramistas permitiram reconstruir aspectos importantes do cotidiano dessas comunidades, como dietas variadas, estratégias de manejo e profundo conhecimento ecológico.

As autoras também demonstram que o uso de sementes, fibras, raízes, frutos e carvões encontrados nos sítios ceramistas indica práticas altamente especializadas de coleta e cultivo. Esses vestígios revelam que o conhecimento ecológico tradicional orientava não apenas a produção de alimentos, mas também a confecção de cerâmicas, trançados, tinturas e objetos rituais. Quando relacionados às condições ambientais do semiárido, esses achados sugerem a permanência de princípios indígenas, como o manejo de espécies resistentes à seca, o uso combinado de plantas alimentares e medicinais e a leitura dos ciclos naturais, saberes que ainda hoje caracterizam práticas tradicionais do Nordeste.

Além dessas contribuições, pesquisas arqueobotânicas recentes reforçam a longa trajetória de interação entre os povos pré-coloniais e a flora. Estudos desenvolvidos por Santana (2019) em sambaquis da Baía de Todos os Santos identificaram tipos polínicos pertencentes às famílias Malpighiaceae, Euphorbiaceae, Meliaceae, Moraceae e Piperaceae, indicando ampla diversidade botânica associada a atividades de alimentação e ritual. A autora também registrou grãos de pólen e corpúsculos biomineralizados do gênero *Anthurium* (Araceae), cujas espécies possuem usos medicinais e simbólicos conhecidos entre povos da Amazônia e dos Andes. Esses vestígios confirmam que grupos sambaquieiros do Nordeste, mesmo em ambientes litorâneos, selecionavam espécies específicas para usos múltiplos, reforçando o caráter ancestral do saber etnobotânico no território brasileiro.

A compreensão desse período pré-colonial permite reconhecer a profundidade temporal da etnobotânica nordestina. Os saberes indígenas não apenas estruturaram modos de subsistência, mas também contribuíram para a formação de identidades culturais que resistem até a atualidade. Assim, a investigação do uso das plantas pelos povos originários revela que a etnobotânica é também uma ciência da memória de práticas, crenças e relações ecológicas que compõem o patrimônio imaterial do Nordeste brasileiro.

Dessa forma, o estudo do semiárido pré-colonial e de suas populações originárias amplia a compreensão da etnobotânica como campo interdisciplinar e histórico. Ele revela que as práticas de manejo e uso das plantas, longe de serem estáticas, resultam de processos contínuos de adaptação cultural, resiliência ambiental e transmissão intergeracional de saberes. Compreender essas origens é essencial para valorizar as formas atuais de convivência com a Caatinga e para propor estratégias de conservação que integrem ciência, cultura e tradição.

### **3.2 Transformações com a colonização: miscigenação de saberes**

As transformações culturais ocorridas no período colonial favoreceram o encontro e a miscigenação de diferentes sistemas de conhecimento, entre eles os saberes africanos, indígenas e europeus, que se entrelaçaram na formação da cultura brasileira. No campo da etnobotânica, essa interação resultou na incorporação de espécies trazidas pelos colonizadores e pelos povos africanos, como a arruda (*Ruta graveolens*) e a babosa (*Aloe vera*), amplamente difundidas no Nordeste e utilizadas tanto em práticas medicinais quanto rituais.

Nesse contexto, a religiosidade afro-brasileira desempenhou papel essencial na preservação e ressignificação de saberes vegetais. Purcino, Lucena e Jardim (2022), em uma publicação sobre a etnobotânica das religiões de matriz africana, identificaram mais de trezentas espécies de plantas utilizadas em terreiros de Candomblé e Umbanda, pertencentes a 65 famílias botânicas. Entre elas, destacam-se a arruda (*Ruta graveolens*), o guiné (*Petiveria alliacea*), o manjeriço (*Ocimum basilicum*) e o milho (*Zea mays*), empregadas em rituais de cura, purificação e oferendas.

Segundo os autores, a máxima iorubá “*Kò sí ewé, kò sí orixá*” (“sem folhas, não há divindades”) expressa a concepção africana de que o sagrado está intrinsecamente ligado à natureza, revelando a centralidade das plantas na mediação entre o humano e o divino. Essa relação sagrada foi ressignificada no Brasil colonial, mesclando-se a elementos do catolicismo popular e das práticas indígenas, e permanece viva nas manifestações culturais e religiosas do Nordeste.

Assim, o estudo de Purcino *et al.* (2022) reforça que as religiões afro-brasileiras atuam como guardiãs de um patrimônio cultural, no qual as plantas simbolizam não apenas recursos naturais, mas também veículos de memória, ancestralidade e resistência. Essa perspectiva confirma que o processo de colonização, embora marcado por imposições e rupturas, também promoveu uma complexa teia de trocas e recriações simbólicas que moldaram o atual repertório etnobotânico brasileiro.

O artigo de Purcino *et al.* (2022) contribui diretamente para compreender como os saberes vegetais foram ressignificados durante e após o processo de colonização. Os autores argumentam que o tráfico atlântico não envolveu apenas o deslocamento forçado de pessoas, mas também a circulação de práticas agrícolas, conhecimentos ecológicos e repertórios simbólicos relacionados ao uso de plantas. Esse movimento favoreceu a formação de sistemas híbridos de manejo vegetal que passaram a integrar elementos africanos, indígenas e europeus.

A revisão identificou 466 plantas citadas nos estudos analisados, com 353 espécies devidamente identificadas, pertencentes a 65 famílias botânicas. Entre as mais frequentes estão Fabaceae, Lamiaceae e Asteraceae, grupos amplamente representados no Nordeste e associados tanto ao uso medicinal quanto mágico-religioso. A presença recorrente de espécies como *Ruta graveolens*, *Petiveria alliacea*, *Ocimum basilicum* e *Zea mays* evidencia a permanência de práticas coloniais de adaptação e substituição de espécies africanas por equivalentes da flora brasileira, reforçando a ideia de ressignificação ecológica no território.

Um dos pontos centrais discutidos pelos autores é a máxima iorubá “*Kò sí ewé, kò sí orixá*” (“sem folhas, não há divindades”), que sintetiza a integração entre natureza e espiritualidade nos cultos afro-brasileiros. Essa concepção

revela que o uso das plantas ultrapassa a funcionalidade e adquire caráter identitário, cosmológico e político, configurando-se como forma de resistência cultural diante das violências coloniais. Purcino *et al.* (2022) também destacam que muitos terreiros atuam como verdadeiros guardiões da biodiversidade, mantendo viveiros, hortas rituais e espaços sagrados onde espécies nativas e exóticas são cultivadas e manejadas.

O estudo demonstra ainda que há escassez de publicações voltadas ao tema, apesar da relevância histórica e cultural das plantas nas religiões afro-brasileiras. Essa lacuna reforça a necessidade de ampliar os estudos sobre miscigenação de saberes, especialmente no Nordeste, onde a influência africana se articulou fortemente com práticas indígenas e europeias, resultando em um complexo repertório etnobotânico. Assim, o artigo de Purcino *et al.* (2022) evidencia que a colonização não apagou os saberes trazidos pelos africanos escravizados, mas promoveu sua transformação e continuidade, sustentadas até hoje por meio dos terreiros, das práticas rituais e da transmissão oral.

As práticas alimentares tradicionais também constituem expressões simbólicas do patrimônio imaterial nordestino, refletindo modos de vida, vínculos comunitários e espiritualidades regionais. Cavnac e Dantas (2005), ao analisarem a produção do *chouriço* no Seridó potiguar, demonstram como a alimentação pode ser compreendida como uma linguagem cultural e um espaço de mediação entre o sagrado e o cotidiano. O preparo do doce de sangue durante a festa da matança de porco envolve uma dimensão ritual e coletiva, na qual o alimento é compartilhado como dádiva, fortalecendo as relações de solidariedade e pertencimento entre os participantes.

Segundo as autoras, o *chouriço* com incremento condimentares de origem vegetal é mais do que um produto culinário: é uma representação simbólica da transformação do natural em cultural, em que a comida se torna memória e identidade. As mulheres, guardiãs das receitas e técnicas transmitidas entre gerações, ocupam papel central nesse processo, assegurando a continuidade do saber alimentar. Essa prática, ainda presente nas comunidades do sertão, traduz uma forma de resistência cultural frente às transformações contemporâneas e reafirma o valor da alimentação como herança viva e dinâmica da cultura nordestina.

O estudo de Cavnac e Dantas (2005) reforça, assim, a importância de reconhecer o patrimônio alimentar como dimensão essencial do legado de comunidades tradicionais, uma vez que alimento, plantas e seus derivados não apenas sustentam a vida, mas também expressam valores, afetos e identidades. A culinária, nesse contexto, torna-se veículo de memória coletiva e testemunho da continuidade dos saberes tradicionais que moldam o semiárido brasileiro.

A valorização das práticas alimentares tradicionais também revela um campo simbólico que dialoga diretamente com a etnobotânica, pois tanto os alimentos quanto as plantas compartilham funções sociais, religiosas e identitárias. Cavnac e Dantas (2005), ao analisarem a produção do *chouriço* no Seridó potiguar, demonstram que o ato de preparar e partilhar o alimento envolve uma dimensão ritual e comunitária, em que o saber culinário é transmitido de geração em geração e ressignificado no cotidiano. Embora o estudo não trate especificamente de espécies vegetais, ele evidencia a importância da comida, e essa mistura de várias origens ancestrais como elemento do patrimônio imaterial e da memória coletiva nordestina, mostrando que os saberes sobre o uso dos recursos naturais, sejam eles de origem vegetal ou animal, constituem um mesmo universo cultural.

Assim, compreender a alimentação como expressão de identidade e religiosidade amplia a noção de etnobotânica para além da catalogação de espécies, permitindo reconhecer as interações entre plantas, alimentos, símbolos e afetos que estruturam o modo de vida das populações do semiárido.

No contexto das religiões afro-brasileiras, as plantas assumem papel central como mediadoras entre o humano e o divino, articulando saberes botânicos, espirituais e identitários. Koch *et al.*, (2023), ao investigarem a etnobotânica do Candomblé, demonstram que o uso ritualístico das plantas ultrapassa o domínio utilitário e revela uma dimensão simbólica que preserva a ancestralidade africana no território brasileiro. As folhas, compreendidas como portadoras do *àşę*, expressam o poder vital que conecta as divindades aos seres humanos, sendo utilizadas em banhos, defumações, oferendas e práticas curativas.

Os autores discutem ainda que, diante da redução das áreas de floresta, os terreiros se tornam guardiões da biodiversidade, atuando como espaços de resistência ecológica e cultural. A substituição e adaptação de espécies africanas

por equivalentes da flora brasileira, como a figueira gameleira (*Ficus sp.*) em lugar da árvore Ìròkò (*Milicia excelsa*), simbolizam a resiliência das tradições afrodescendentes. Essa prática evidencia o potencial da etnobotânica como ferramenta de valorização dos saberes tradicionais e de proteção do patrimônio natural e imaterial brasileiro.

A miscigenação de saberes durante o processo colonial não se limitou à fusão de práticas agrícolas e medicinais, mas também envolveu a integração espiritual e simbólica entre povos africanos, indígenas e europeus. Essa confluência de cosmologias deu origem a sistemas de crença e cura que permanecem vivos nas comunidades tradicionais, expressando-se nas práticas religiosas e nas relações de respeito com a natureza. Estudos recentes reforçam essa dimensão simbólica, demonstrando que a etnobotânica se consolida como campo capaz de traduzir o diálogo entre espiritualidade, identidade e meio ambiente.

Koch *et al.*, (2023), ampliam essa compreensão ao evidenciar que o uso ritualístico das plantas constitui não apenas uma forma de devoção, mas também um ato de resistência ecológica e cultural. Esse estudo reafirma que o conhecimento sobre as plantas, transmitido por via oral e espiritual, representa uma continuidade da ancestralidade africana e demonstra a capacidade das comunidades de recriar seus vínculos com o território e a biodiversidade brasileira.

Desse modo, observa-se que o processo de colonização promoveu mais do que a introdução de espécies e técnicas agrícolas: produziu uma complexa rede de trocas culturais, simbólicas e espirituais. As análises de Purcino *et al.* (2022), Cavnac e Dantas (2005) e Koch *et al.* (2023) revelam que os saberes tradicionais sobre as plantas e os alimentos configuram formas de resistência e continuidade das identidades afro-indígenas no território brasileiro.

Essa miscigenação de saberes se manifesta tanto na utilização das plantas sagradas em rituais religiosos quanto na valorização das práticas alimentares e medicinais que sustentam a vida comunitária. As folhas, os temperos, os frutos e os alimentos rituais expressam uma profunda relação entre cultura e natureza, na qual o sagrado e o cotidiano se entrelaçam. A etnobotânica, ao reconhecer essa herança, contribui para compreender a formação do patrimônio biocultural do Nordeste, evidenciando que o legado das

plantas vai além do uso material: ele preserva memórias, espiritualidades e vínculos identitários que atravessam os séculos e permanecem vivos nas práticas culturais do semiárido brasileiro.

A relação das populações indígenas com o ambiente semiárido sempre esteve fundamentada em práticas de observação, respeito e manejo sustentável. Por meio da coleta, cultivo e uso ritual das espécies vegetais, esses grupos desenvolveram sistemas de conhecimento que permitiram sua sobrevivência e a manutenção dos ecossistemas locais forjando uma ítima convivência com o território.

### **3.3 Espécies e Saberes Tradicionais no semiárido**

As espécies vegetais cultivadas e utilizadas pelas populações do semiárido nordestino sintetizam a interação entre ambiente, cultura e espiritualidade. Cada planta carrega um conjunto de significados ecológicos e simbólicos, que refletem a adaptação humana às condições climáticas adversas e a continuidade de saberes transmitidos oralmente. A seguir, são apresentadas algumas espécies consideradas representativas, cujos usos alimentares, medicinais e rituais evidenciam aspectos centrais da etnobotânica regional. Ressalta-se que essas espécies não esgotam a diversidade vegetal existente no semiárido nordestino, mas foram selecionadas por seu caráter simbólico e culturalmente significativo.

#### **Bacurizeiro (*Platonia insignis* Mart.)**

O bacurizeiro, da família Clusiaceae, é nativo das regiões Norte e Nordeste e ocorre em áreas de transição da Caatinga, onde adquire importância ecológica e cultural. A árvore atinge até 25 m e fornece frutos de polpa amarelada e aroma intenso, amplamente utilizados em sucos, doces e sorvetes, constituindo recurso extrativista de valor econômico (CORADIN; CAMILLO; PAREYN, 2018). Estudos farmacológicos destacam propriedades antioxidantes, cicatrizantes e antiepilépticas associadas aos compostos bioativos da casca e das sementes (BARROS et al., 2012; COSTA-JÚNIOR et al., 2011; SILVA et al., 2016). Pela capacidade de adaptação a solos arenosos e pobres, o bacurizeiro é indicado para projetos de restauração ambiental e geração de renda,

exemplificando a interdependência entre conservação e sustentabilidade cultural no semiárido.

### **Babosa (*Aloe vera* L.)**

Originária da África e do Mediterrâneo, a Aloe vera foi introduzida no Brasil no período colonial e rapidamente incorporada às práticas medicinais populares. Sua rusticidade e resistência à seca favoreceram o cultivo em áreas áridas, onde é utilizada no tratamento de feridas, queimaduras e inflamações. A Embrapa (2006) destaca experiências de cultivo em unidades demonstrativas de Corumbá (MS) e Petrolina (PE), voltadas à capacitação de agricultores e produção de fitoterápicos. Assim, a babosa tornou-se espécie-chave para a agricultura familiar e para a integração entre saber tradicional e programas de fitoterapia comunitária.

### **Arruda (*Ruta graveolens* L.)**

Introduzida no Brasil por colonizadores e povos africanos escravizados a partir do século XVIII, a arruda, da família Rutaceae, adaptou-se plenamente ao clima do sertão. Suas folhas e ramos contêm óleos essenciais com ação analgésica e anti-inflamatória, empregados em afecções respiratórias e digestivas (BRASIL, 2009; PINTO et al., 2012). Além do uso medicinal, possui profundo valor simbólico: é utilizada em rituais de proteção, benzimentos e defumações, compondo o elo entre medicina popular e espiritualidade afro-luso-indígena. Sua presença nos quintais e feiras do Nordeste reafirma o papel das plantas como guardiãs de memórias e crenças.

### **Milho (*Zea mays* L.)**

Domesticado por povos indígenas há milênios, o milho constitui um dos pilares da alimentação tradicional das Américas. Piperno e Pearsall (1998) apontam sua domesticação como marco da transição de sociedades coletoras para agrícolas. No Nordeste, o milho está intimamente ligado às festividades juninas e rituais religiosos, simbolizando fertilidade e fartura. Cavalcanti e Albuquerque (2005) observam que o manejo sustentável dessa espécie demonstra o papel da etnobotânica como mediadora entre práticas agrícolas e cultura regional. Freyre (1933) acrescenta que o milho, junto à mandioca, compõe a base da culinária brasileira, traduzindo a mestiçagem cultural entre indígenas, africanos e europeus.

### **Mandioca (*Manihot esculenta* Crantz)**

Conhecida como “pão dos trópicos”, a mandioca é amplamente cultivada e essencial à segurança alimentar do Nordeste. De suas raízes derivam farinha, goma, tapioca e beiju, produtos que expressam a continuidade entre saber agrícola tradicional e identidade cultural sertaneja. Pereira e Albuquerque (2012) destacam que o cultivo dessa espécie reflete práticas milenares de manejo e revela a resiliência das comunidades frente à escassez hídrica. A mandioca sintetiza a adaptação humana ao semiárido e a centralidade do conhecimento popular na manutenção da biodiversidade agrícola.

#### **Jurema-preta (*Mimosa tenuiflora*)**

A espécie nativa da Caatinga, ocupa lugar de destaque nos sistemas simbólicos e rituais de diferentes povos indígenas do Nordeste brasileiro, especialmente entre grupos do tronco Tupi e Jê. Para além de seus usos medicinais e tecnológicos, essa planta assume profundo valor espiritual, sendo associada a rituais de cura, estados alterados de consciência e práticas xamânicas. Albuquerque *et al.* (2011) destacam que a jurema não pode ser compreendida apenas como recurso vegetal, pois integra um complexo sistema cosmológico no qual plantas, território e espiritualidade estão profundamente interligados. Seu uso ritual evidencia a permanência de saberes ancestrais que articulam o conhecimento empírico das propriedades da planta com dimensões simbólicas e religiosas, revelando a continuidade histórica do legado indígena no semiárido nordestino.

#### **Gameleira (*Ficus sp.*)**

A espécie é reconhecida como uma árvore de forte valor simbólico nas religiões de matriz africana, sendo associada à ancestralidade, à proteção espiritual e à presença do sagrado na paisagem. No Brasil, especialmente no Nordeste, essa espécie foi ressignificada no contexto da diáspora africana, tornando-se referência simbólica em terreiros de Candomblé e em práticas religiosas afro-brasileiras. Verger (1995) observa que árvores do gênero *Ficus* ocupam posição central nas cosmologias iorubás, sendo associadas a divindades e aos ancestrais, o que explica sua sacralização também no contexto brasileiro. A gameleira, portanto, não é apenas um elemento natural da paisagem, mas um espaço simbólico de conexão entre o mundo humano e o espiritual.

### **3.4 Saberes e simbolismos afro-indígenas no uso das plantas**

O legado etnobotânico do Nordeste encontra-se profundamente enraizado nas práticas espirituais e simbólicas herdadas de matrizes africanas e indígenas, nas quais as plantas ocupam papel central como mediadoras entre o mundo humano e o sagrado. O tráfico atlântico de africanos não representou apenas o deslocamento forçado de pessoas, mas também a transferência de sistemas complexos de conhecimento ecológico, agrícola e ritualístico, que foram reelaborados no território brasileiro (DIEGUES, 2000). Espécies como a arruda (*Ruta graveolens*) e a babosa (*Aloe vera*), embora de origem exógena, foram incorporadas aos sistemas simbólicos locais, adquirindo novos significados terapêuticos e rituais em terreiros, quintais e comunidades rurais do Nordeste.

Nesse contexto, Purcino *et al.* (2022), ao realizarem uma revisão sistemática sobre a etnobotânica nas religiões afro-brasileiras, demonstram que o uso das plantas está associado a uma epistemologia ancestral orientada para a cura, a proteção espiritual e o equilíbrio entre corpo, natureza e divindade. A máxima iorubá “Kò sí ewé, kò sí orixá”, “sem folhas, não há divindades”, expressa a centralidade do mundo vegetal nas cosmologias africanas, evidenciando que o sagrado se manifesta por meio da natureza. Os autores destacam ainda a Bahia como principal polo dessas práticas, fato relacionado ao enraizamento histórico do Candomblé e às intensas trocas culturais ocorridas desde o período colonial.

Essa dimensão espiritual reafirma o papel das plantas como elementos que articulam tradição e conhecimento, natureza e cultura. Para Verger (1995), o uso ritual das folhas e árvores sagradas nas religiões de matriz africana constitui uma forma de preservação da memória ancestral e de resistência cultural frente às rupturas impostas pela colonização. De modo semelhante, Prandi (2001) ressalta que a adaptação de espécies vegetais brasileiras às cosmologias africanas demonstra a capacidade de recriação simbólica das populações afrodescendentes, mantendo princípios religiosos mesmo em contextos de repressão histórica.

As espécies e os saberes descritos neste capítulo evidenciam que as relações estabelecidas pelas populações nordestinas com o ambiente vegetal

ultrapassam a dimensão utilitária. O cultivo, o preparo e os rituais associados a espécies emblemáticas como o bacurizeiro, a babosa, a arruda, o milho e a mandioca expressam modos de vida que integram ciência, tradição e fé. Essas práticas, transmitidas oralmente entre gerações, configuram um patrimônio cultural imaterial que resiste às transformações sociais e reafirma o semiárido como território de memória, ancestralidade e diversidade biocultural (ALBUQUERQUE et al., 2011).

Dessa forma, a etnobotânica consolida-se como instrumento de reconhecimento e valorização dos saberes locais, permitindo compreender as estratégias de sobrevivência, adaptação e construção identitária do povo sertanejo. Cada planta analisada representa um elo entre passado e presente, entre o sagrado e o cotidiano, reforçando que, no contexto nordestino, a natureza é também expressão de resistência cultural, pertencimento e continuidade histórica.

Quadro 1: Tabela com a representação dos vegetais de utilização popular

<b>Espécie / Nome popular</b>	<b>Origem / Distribuição</b>	<b>Uso alimentar</b>	<b>Uso medicinal</b>	<b>Usos culturais / simbólicos</b>
<i>Platonia insignis</i> Mart. Bacuri, bacurizeiro	Nativa da Amazônia e Nordeste (MA, PI, BA)	Polpa, doces e sorvetes regionais	Antioxidante, cicatrizante, antiepilético, leishmaniose	Elemento identitário da culinária regional
<i>Aloe vera</i> (L.) Burm.f. Babosa	África e Mediterrâneo; introduzida no Brasil colonial	—	Queimaduras, inflamações, uso cosmético	Planta tradicional em quintais e hortas medicinais
<i>Ruta graveolens</i> L. Arruda	Europa; difundida no Brasil no séc. XVIII	—	Analgésica, antiespasmódica, anti-inflamatória	Usos religiosos, benzimentos e proteção espiritual
<i>Zea mays</i> L. Milho	América Central; amplamente difundido no Nordeste	Canjica, pamonha, bolo de milho	—	Simboliza fartura, fertilidade e ciclos agrícolas
<i>Manihot esculenta</i> Crantz Mandioca, aipim, macaxeira	América do Sul; amplamente cultivada no Brasil	Farinha, goma, beiju, tapioca e derivados	—	Alimento ancestral, base da subsistência e identidade cultural
<i>Mimosa tenuiflora</i> (Willd.) Poir. Jurema-preta	Nativa da Caatinga nordestina	—	Uso tradicional em sistemas indígenas de cura	Planta sagrada em rituais indígenas; símbolo de ancestralidade e espiritualidade
<i>Ficus</i> sp. Gameleira	África e Américas; espécies nativas e introduzidas no Brasil	—	Uso tradicional associado a práticas simbólicas	Árvore sagrada nas religiões afro-brasileiras; associada à proteção e aos ancestrais

### 3.5 A etnobotânica como resistência cultural

A etnobotânica, enquanto campo de investigação das relações entre seres humanos e plantas, ultrapassa o domínio descritivo e assume, nas últimas décadas, um caráter político e cultural. No contexto do Nordeste brasileiro, marcado pela diversidade étnica e pela resiliência das populações sertanejas, os saberes sobre o uso das plantas constituem formas de resistência simbólica e ecológica. Esses conhecimentos, transmitidos por gerações em comunidades quilombolas, indígenas e rurais, reafirmam a autonomia dos grupos locais diante das transformações impostas pela globalização e pela homogeneização cultural.

Segundo Albuquerque e Hanazaki (2020), a etnobotânica contemporânea deve ser compreendida como um espaço de valorização dos modos de vida tradicionais e de construção de alternativas sustentáveis. Nessa perspectiva, as práticas de cultivo, coleta e uso das espécies vegetais não se restringem à dimensão utilitária, mas se articulam à identidade e à memória coletiva, tornando-se um instrumento de preservação cultural.

Para Oliveira *et al.* (2022), o ato de cultivar plantas medicinais, aromáticas ou alimentares em quintais e roçados representa, para muitas famílias nordestinas, a manutenção de vínculos com o território e com os ancestrais. Esses espaços funcionam como verdadeiros bancos de memória viva, onde o conhecimento popular se renova e se adapta às condições do semiárido. As plantas, nesse contexto, são guardiãs de histórias, símbolos de resistência e esperança diante das dificuldades impostas pelo clima e pela modernidade excludente.

A exemplo da sacralização da gameleira, essa expressa um processo de resistência cultural, no qual saberes africanos foram reelaborados no território brasileiro a partir do diálogo com a flora local. Prandi (2001) ressalta que a adaptação de espécies vegetais brasileiras às cosmologias africanas demonstra a capacidade de recriação simbólica dos povos afrodescendentes, preservando princípios religiosos mesmo em contextos de violência e deslocamento forçado. Dessa forma, a gameleira exemplifica como a etnobotânica afro-brasileira articula natureza, espiritualidade e identidade, reafirmando o papel das plantas como guardiãs de memória e como elementos centrais na construção do patrimônio cultural imaterial do Nordeste.

Desse modo, estudos recentes, como o de Santos e Gualberto (2023), reforçam que a etnobotânica deve ser entendida também como ferramenta de educação e empoderamento social. A transmissão dos saberes tradicionais por meio de projetos escolares, feiras comunitárias e práticas agroecológicas amplia o diálogo entre ciência e cultura, promovendo o reconhecimento das populações locais como protagonistas na conservação da biodiversidade.

Assim, a etnobotânica emerge como campo de resistência cultural, onde o conhecimento sobre as plantas se converte em estratégia de sobrevivência, afirmação identitária e transformação social. Ao valorizar o saber tradicional, ela rompe com a lógica colonial de silenciamento e reafirma o papel das comunidades nordestinas na construção de um patrimônio biocultural que resiste, floresce e se reinventa no semiárido brasileiro.

Percebemos que a resistência cultural expressada nos saberes etnobotânicos se manifesta não apenas nas práticas agrícolas e no uso cotidiano das plantas, mas também nas dimensões espirituais e simbólicas das comunidades tradicionais. Nas religiões afro-brasileiras, em especial no Candomblé e na Umbanda, as plantas assumem papel fundamental como mediadoras do sagrado, sendo incorporadas aos rituais de purificação, cura e proteção e do mesmo modo, vemos, a etnobotânica como uma ferramenta para o reconhecimento dessas tradições como parte essencial do patrimônio biocultural brasileiro e da luta contra a invisibilização dos saberes de matriz africana.

Azevedo (2022), ao analisar a etnobotânica nas religiões de matriz africana, destaca que o uso das plantas nesses contextos ultrapassa o caráter medicinal e simbólico, configurando-se como uma prática de resistência cultural e ambiental. Em sua pesquisa com terreiros de Candomblé e Umbanda no estado do Paraná, a autora identificou diversas espécies, como a arruda (*Ruta graveolens* L.), o guiné (*Petiveria tetrandra* Gomes), o alecrim (*Salvia Rosmarinus* Brian T. Drew) e a aroeira (*Schinus terebinthifolia* Raddi), utilizadas em banhos, defumações e rituais de iniciação. Esses usos revelam a continuidade de saberes ancestrais que unem espiritualidade, cura e identidade coletiva.

Para Azevedo, a etnobotânica, quando associada às religiões afro-brasileiras, atua como um instrumento de valorização dos conhecimentos

tradicionais e de diálogo com a ciência moderna. Ao propor a inserção desses saberes em práticas educativas e ambientais, a autora evidencia a importância da etnobotânica como ferramenta pedagógica capaz de aproximar o ensino de Ciências das realidades culturais locais. Essa abordagem contribui não apenas para a conservação da biodiversidade, mas também para a promoção de uma educação decolonial que reconhece o papel das comunidades tradicionais na preservação do patrimônio biocultural brasileiro.

O estudo reafirma, portanto, que o cultivo e o uso ritualístico das plantas nos terreiros expressam uma profunda relação de respeito e reciprocidade com a natureza. Essa prática consolida a etnobotânica como campo de resistência simbólica e política, no qual o conhecimento ancestral é mantido vivo e transmitido como herança cultural, espiritual e ecológica.

### **3.6 Desafios e Perspectivas da memória Etnobotânica**

A revisão bibliográfica realizada nesta pesquisa permitiu compreender a amplitude das relações entre saber tradicional, religiosidade e conservação ambiental, evidenciando que a etnobotânica ocupa, atualmente, um espaço estratégico de resistência cultural e de diálogo entre ciência e tradição. As produções publicadas até meados de 2025 revelam um movimento de valorização crescente dos saberes locais e das práticas terapêuticas populares, especialmente no contexto nordestino, onde a diversidade biológica e cultural se entrelaça à história de luta e sobrevivência das populações tradicionais.

Nesse cenário, destaca-se também o avanço das políticas públicas de saúde e meio ambiente que reconhecem o uso das plantas medicinais como parte integrante das práticas sociais e espirituais do povo brasileiro. É sob essa perspectiva que se insere o estudo de Cherobin *et al.* (2022), cuja análise das políticas de fitoterapia e das práticas integrativas no SUS amplia o entendimento da etnobotânica contemporânea como campo de conhecimento e como ferramenta de promoção da sustentabilidade e do patrimônio biocultural nacional.

Cherobin *et al.* (2022), em artigo publicado na *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, analisam a trajetória histórica e os marcos legais das políticas públicas

voltadas ao uso de plantas medicinais e fitoterápicos no Brasil, destacando a evolução de uma prática ancestral para uma pauta estratégica de saúde pública. O estudo parte da constatação de que, apesar da longa tradição de uso popular da flora brasileira, o reconhecimento institucional e científico dessas práticas é recente, tendo ganhado força apenas a partir da década de 1970 com as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre medicina tradicional

As autoras realizaram uma pesquisa documental e qualitativa, analisando Leis, Decretos, Portarias, Resoluções e Instruções Normativas entre 1973 e 2018. Essa linha do tempo permitiu identificar o processo de institucionalização da fitoterapia e das práticas integrativas e complementares no Sistema Único de Saúde (SUS). O artigo mostra que a criação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) e da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF), ambas em 2006, representaram avanços significativos, pois formalizaram o uso das plantas medicinais como parte das estratégias terapêuticas reconhecidas pelo Estado brasileiro

Cherobin *et al.* (2022) ressaltam que, embora essas políticas tenham ampliado o acesso da população a tratamentos baseados na biodiversidade nacional, ainda persistem desafios quanto à validação científica, à formação de profissionais e à sustentabilidade econômica dessas práticas. A ausência de financiamento específico e a falta de integração entre ciência e saber popular limitam a consolidação dessas políticas, o que reflete o descompasso entre o potencial biológico do país que abriga cerca de 20% da flora mundial e sua exploração terapêutica e sociocultural efetiva

O estudo também evidencia que o uso de plantas medicinais no Brasil está profundamente vinculado à herança cultural dos povos indígenas, africanos e europeus, compondo um sistema de saberes tradicionais que atravessa séculos e se mantém vivo nas práticas comunitárias e familiares. A medicina popular, fruto da miscigenação étnica e da transmissão oral do conhecimento, é apresentada como um componente essencial da saúde coletiva e da identidade cultural brasileira. Nesse sentido, as autoras reforçam que as políticas públicas devem reconhecer e proteger esses saberes, considerando não apenas sua função terapêutica, mas também seu valor histórico, social e ambiental

Outro ponto relevante discutido é o papel das “Farmácias Vivas”, criadas em 2010, que integram cultivo, manipulação e dispensação de plantas

medicinais no SUS. Essas iniciativas representam a aproximação entre ciência e tradição, permitindo que o conhecimento popular seja incorporado ao sistema formal de saúde, preservando a diversidade cultural e fortalecendo as práticas locais. As autoras destacam, no entanto, que a efetividade dessas ações depende da continuidade de investimentos, da formação de redes interdisciplinares e da ampliação das pesquisas sobre eficácia e segurança das espécies utilizadas

Ao analisar a trajetória da fitoterapia no país, o artigo propõe uma leitura crítica sobre a necessidade de superação do modelo biomédico hegemônico e da visão tecnicista da saúde, defendendo uma abordagem integradora que una ciência, tradição e natureza. Nesse aspecto, o estudo dialoga diretamente com a perspectiva etnobotânica, ao compreender que o uso das plantas medicinais é também uma forma de resistência cultural e de valorização dos saberes comunitários. Assim, a revisão conduzida por Cherobin *et al.* (2022) reforça que a inclusão das práticas etnobotânicas no campo das políticas públicas é uma via para democratizar o acesso à saúde, promover a sustentabilidade e reconhecer o patrimônio biocultural brasileiro.

Por fim, as autoras concluem que o avanço das políticas públicas voltadas às plantas medicinais depende da consolidação de um tripé: valorização do conhecimento tradicional, investimento científico contínuo e fortalecimento das redes de participação social.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A etnobotânica, enquanto campo de saber interdisciplinar, revelou-se neste estudo como uma ciência profundamente conectada à vida cotidiana, à espiritualidade e à resistência cultural das populações do semiárido nordestino. Ao longo da revisão, foi possível compreender que o uso das plantas eleva-se a esfera utilitária e assume dimensões simbólicas, históricas e identitárias, constituindo parte essencial do patrimônio biocultural da região.

As análises apresentadas demonstram que as práticas tradicionais de cultivo, manejo e uso das espécies vegetais, como o bacurizeiro, a mandioca, o milho, a arruda, a babosa, a jurema preta e o fícus são expressões de saberes transmitidos oralmente e sustentados pela experiência coletiva. Essas práticas

representam não apenas estratégias de sobrevivência diante das adversidades climáticas do semiárido, mas também formas de afirmação cultural e espiritual que resistem à homogeneização dos modos de vida.

Observou-se ainda que a religiosidade afro-brasileira e indígena desempenha papel central na manutenção desses conhecimentos, conferindo às plantas significados que unem corpo, natureza e divindade. A etnobotânica, nesse contexto, atua como ponte entre o saber tradicional e o conhecimento científico, promovendo o diálogo entre espiritualidade e ecologia, entre ancestralidade e contemporaneidade.

Os estudos revisados até meados de 2025 reforçam a importância da etnobotânica como instrumento de resistência e transformação social. Os principais autores enfatizados como Purcino et al. (2022), Koch *et al.* (2023), Azevedo (2022) e Cherobin *et al.* (2022) apontam que o reconhecimento dos saberes tradicionais e a valorização das plantas medicinais nos espaços acadêmicos e nas políticas públicas são passos fundamentais para uma ciência mais inclusiva e decolonial.

Assim, compreender o legado etnobotânico nordestino é reconhecer que o semiárido é também território de vida, criatividade e saberes sustentáveis. A conservação da flora e o fortalecimento das práticas tradicionais não dependem apenas de políticas ambientais, mas do respeito às populações que as mantêm vivas. Ao promover esse diálogo entre tradição e ciência, a etnobotânica reafirma seu papel na construção de uma educação ambiental crítica e na valorização das identidades locais, assegurando que os saberes das comunidades continuem a florescer como sementes de memória, resistência e futuro.

## 5. REFERENCIAS

ALBUQUERQUE, Ulysses P. **Introdução à Etnobotânica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2020.

ALBUQUERQUE, Ulysses P.; ANDRADE, Laíse de H. C.; SILVA, José A. **Ethnobotany and the sustainable use of biodiversity. Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 47–64, 2010.

ALBUQUERQUE, Ulysses P.; LUCENA, Reinaldo F. P. Can apparency affect the use of plants by local people in tropical forests? **Interciência**, n. 30, p. 506-510, 2005.

ALMEIDA, C. F. C. B. R. **Uso e conservação de plantas e animais medicinais no estado de Pernambuco: um estudo de caso no Agreste**. 2001. 50 f. Graduação (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

AMOROZO, M. C. M.; GELY, A. Uso de plantas medicinais por caboclos do Baixo Amazonas. Barcarena, PA, Brasil. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi**, Série Botânica, n. 4, v. 1, p. 47-131, 1988.

AMOROZO, M. C. M. A abordagem etnobotânica na pesquisa de plantas medicinais. In: DI STASI, L. C. (Org.). **Plantas medicinais: arte e ciência - um guia de estudo interdisciplinar**. Botucatu: UNESP, 1996, p. 47-68.

AMOROZO, M. C. M. **A perspectiva etnobotânica e a conservação de biodiversidade**. In: Congresso da Sociedade Botânica de São Paulo, XIV, Rio Claro: UNESP, 2002. 2p.

ANDRADE, T. (Org.). **Quilombos em São Paulo: tradições, direitos e lutas**. São Paulo: IMESP, 1997.

AMOROZO, M. C. M. **A perspectiva etnobotânica e a conservação de biodiversidade**. In: Congresso da Sociedade Botânica de São Paulo, XIV, Rio Claro: UNESP, 2002.

AMOROZO, Maria Christina M. O papel da etnobotânica na conservação da biodiversidade. **Acta Botanica Brasilica**, v. 16, n. 2, p. 273–284, 2002.

AZEVEDO, Wender Gabriel Gomes de. **Etnobotânica e as religiões de matriz africana: contribuições para a conservação da natureza**. Curitiba: UTFPR, 2022.

CAVIGNAC, Julie. Comida sertaneja e identidade cultural: representações e práticas alimentares no Nordeste do Brasil. **Revista Antropológicas**, v. 30, n. 2, p. 223–244, 2019.

CHEROBIN, Fabiane; BUFFON, Marilene M.; CARVALHO, Denise S.; RATTMANN, Yanna D. Plantas medicinais e políticas públicas de saúde: novos olhares sobre antigas práticas. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 3, e320306, 2022. DOI: [10.1590/S0103-73312022320306](https://doi.org/10.1590/S0103-73312022320306)

DIEGUES, Antonio Carlos. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec, 2000.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1933.

MING, Lin Chau; AMOROZO, M. C. M.; SILVA, S. P. da. **Plantas medicinais, aromáticas e condimentares: avanços na pesquisa agrônômica**. Brasília: Embrapa, 2009.

MING, L. C. A **Etnobotânica na recuperação do conhecimento popular**. Departamento de Produção Vegetal. Faculdade de Ciências Agrônômicas – UNESP, 2009. Disponível em: [http://www.fazendadocerrado.com.br/Lin\\_Chau\\_Ming.pdf](http://www.fazendadocerrado.com.br/Lin_Chau_Ming.pdf). Acesso em: 23 setembro de 2025.

MONTELES, R.; PINHEIRO, B. U. C. Plantas medicinais em um quilombo maranhense: uma perspectiva Etnobotânica. **Bioterra – Revista de Biologia e Ciências da Terra, Universidade Estadual da Paraíba, UEP**, v.7, n. 2, p. 38-48, 2007.

MONTELES, R. de; PINHEIRO, C. U. B. Plantas medicinais em um quilombo maranhense: uma perspectiva etnobotânica. **Revista Brasileira de Biociências**, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 47–49, 2007.

POSEY, Darrell A. **Etnobiologia: teoria e prática**. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 23–38, 1987.

SANTILLI, Juliana. Sociobiodiversidade e conhecimentos tradicionais: direitos intelectuais coletivos e conservação. São Paulo: Peirópolis, 2006.

SILVA, T. P. Comunidades quilombolas e meio ambiente: saberes tradicionais e sustentabilidade. *Revista de Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, v. 26, p. 121–134, 2012.

KOCH, Flávia; BORBA, Denisia Martins; MELO JÚNIOR, João Carlos Ferreira de. *Etnobotânica do Candomblé em Santa Catarina. Epistemologias do Sul*, v. 7, n. 1, p. 116–139, 2023.

PURCINO, Bianca Cristina de Lima Conceição; LUCENA, Reinaldo Farias Paiva de; JARDIM, Jomar Gomes. *Etnobotânica nas religiões de matriz*

*africana. Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, v. 9, n. 23, p. 1413–1426, 2022.

SILVA, N. C. B. da et al. Uso de plantas medicinais na comunidade quilombola da Barra II – Bahia, Brasil **Boletín Latinoamericano y del Caribe de Plantas Medicinales y Aromáticas**, v. 11, n. 5, p. 435-453, set. 2012.

SANTILLI, J. **A biodiversidade e as comunidades tradicionais**. Disponível em: [www.ambiente.sp.gov.br/ea/admarqs](http://www.ambiente.sp.gov.br/ea/admarqs) . Acesso em: 23 setembro de 2023.